

## **RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Trata-se de impugnação ao edital do **Pregão Eletrônico nº 003/2025**, cujo objeto é o fornecimento de material permanente para atender aos educandos das Unidades Educacionais, **IMPETRADA** pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41.

### **1 - DA ADMISSIBILIDADE**

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XIII e seus subitens**, do Edital:

#### ***XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO***

*13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.*

*13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

*13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com).*

*a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;*

*b) Procuração (quando for o caso);*

*c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.*

*13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

*13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação*

*13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.*

A sessão de abertura foi marcada para o dia **22/05/2025**, às **08h30min**, conforme publicações do aviso de licitação em **09/05/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **8 (oito) dias úteis** para a modalidade Pregão, para aquisição de bens, conforme letra "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **15/05/2025**, registrado recebimento às **13h53m07s**, por meio da Plataforma Portal de Compras Públicas ([https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Impugnacao/?ttCD\\_CHAVE=386981](https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Impugnacao/?ttCD_CHAVE=386981)), dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Gostaria de pontuar que o documento apresentado **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, não veio acompanhado de documentos de prova do signatário, conforme letras "a", "b" ou "c" do item 13.3 do edital. Consultado o site oficial da Receita Federal (comprovante de inscrição e situação cadastral), foi constatado poderes de sócio-administrador a senhora Liliane Fernanda Ferreira ([https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_qsa.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_qsa.asp)).

Em sede de admissibilidade da impugnação ao Edital foram preenchidos, por parte da Recorrente, bem como os pressupostos de tempestividade. Desta feita, presentes os requisitos de admissibilidade da impugnação ao edital, passa-se à análise dos fatos e fundamentos aduzidos.

## **2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO**

A impugnante, em sua peça, questiona o exíguo prazo para a manifestação de intenção de recorrer, pautando suas alegações em que o pleito afronta os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

Adiante, requer que seja: O recebimento TEMPESTIVO do presente pedido de impugnação com esclarecimento e o DEFERIMENTO do seu mérito; que a Administração Pública cumpra o prazo de 3 (três) dias úteis, previsto no artigo 164, § 2º, da Lei nº 14.133/21, para responder à impugnação protocolada; Pugar pelo prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que os licitantes possam manifestar intenção de recurso, conforme entendimento jurisprudencial; e por fim, caso o intervalo para intenção de recurso permaneça inalterado, entendemos que a fase

será informada com antecedência, a fim de que todos os licitantes de desejarem manifestar intenção de recurso possam fazê-lo.

### **3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.**

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Ressalto que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos nos artigos 5º e 165 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem:

*"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."*

Consoante ao item XI do Edital de Licitação, é cabível recurso face do julgamento das propostas e em desfavor da habilitação/inabilitação das licitantes, os quais devem ser manifestados (intenção de recurso) imediatamente após referidas etapas, com prazo mínimo de 10 (dez) minutos cada, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Tal dispositivo encontra-se amparado legal no inc. I, § 1º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo art. 136 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, senão vejamos:

### **Lei nº 14.133/2021**

*"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - **recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*b) **julgamento das propostas;***

*c) **ato de habilitação ou inabilitação de licitante;***

*d) anulação ou revogação da licitação;*

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - **a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão**, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento";*

Observa-se que o dispositivo legal **não impõe um tempo mínimo específico**, em minutos, para a manifestação da intenção de recorrer, cabendo ao edital dispor sobre a operacionalização do procedimento, desde que resguardados os princípios da razoabilidade, isonomia, publicidade e celeridade processual.

Observa-se a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021:

*"Art. 40. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em*

*campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor”.*

Em outras palavras, após a aceitação da proposta e após a habilitação da documentação, ambos realizados no Portal de Compras Públicas, todos os licitantes interessados ficam convocados a manifestar suas intenções de recurso, caso desejem recorrer. O prazo para manifestação da intenção de recurso é de 10 (dez) minutos após a aceitação mais 10 (dez) minutos após a habilitação, totalizando 20 (vinte) minutos.

A falta de manifestação de intenção de recurso dentro desses prazos implica na perda do direito de recorrer e, por conseguinte, autoriza a autoridade competente adjudicar o objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es).

Caso haja intenções de recursos, concedem-se os prazos de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata, para que as licitantes protocolem suas razões recursais (inc. I do art. 165 da Lei 14.133/2021). Passada referida etapa de recurso, inicia-se a contagem dos mesmos prazos, de 3 (três) dias úteis, para que as demais licitantes apresentem suas eventuais contrarrazões (§ 4º, II, art. 165 da Lei 14.133/2021).

Cumprir frisar que a fase recursal, havendo intenção de recurso, é compulsória e necessariamente registra no sistema, não havendo faculdade do Pregoeiro, ao oposto da antiga legislação/sistematização, de aceita-la ou não, cabendo apenas conceder os prazos legais e formais e, obviamente cumpri-los, posteriormente julgando-os.

A estipulação de **10 (dez) minutos**, conforme previsto no edital, está em conformidade com as melhores práticas da Administração Pública e visa assegurar a fluidez dos atos processuais sem comprometer o direito ao contraditório.

Podemos, ainda, destacar que este prazo é usualmente e constantemente utilizados por diversos órgãos da administração, públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e utilizadas como minutas padrões de referência, assim pela renomada [Advocacia-Geral da União](#), vejamos:

## 1. DOS RECURSOS

1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.3.2 **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

1.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**Fonte:** Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrenca>)

Nessa mesma esteira, destaco as minutas padronizadas da [Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo](#), vejamos:

## 9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 - **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

(...)

Assim, o próprio TCEES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo estabelece o mesmo prazo de intenção de recursos em seus editais, conforme podemos observar:

XI - REGRAS PARA RECURSOS

1 - A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, **de forma IMEDIATA**, via sistema provedor, APÓS O TÉRMINO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO ATO DE HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO. O sistema aceitará a intenção o licitante, inicialmente, nos **10 (dez) minutos imediatamente posteriores ao julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarada vencedor.

2 - Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, carta, etc.).

3 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal, realizada pelo sistema provedor.

(...)

**Fonte:** Detalhes da licitação 90002/2025 / EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025 - Sessão Pública de Disputa: 10:00 do dia 20/03/2025 (<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes/>)

Dessa forma, **não há ilegalidade** na fixação do prazo de 10 (dez) minutos, tampouco afronta aos princípios da isonomia, legalidade ou moralidade administrativa.

Ressalte-se que, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos **não exige que as licitantes interessadas motivem a intenção de recurso** neste momento processual, mas apenas o indicativo da intenção de recorrer e a síntese dos fundamentos, sendo que as razões completas poderão ser apresentadas, posteriormente, no prazo legal de **3 (três) dias úteis**, conforme também previsto no artigo supracitado.

#### 4 – DA DECISÃO

Sendo assim, na forma do parágrafo único do art. 164 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Pregoeiro **CONHECER** da impugnação oferecida pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41.

No mérito, julgar **IMPROCEDENTE**, permanecendo inalterado o prazo de **10 (dez) minutos** para manifestação de intenção de recurso e, mantendo as demais condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos, ficando mantida a data da sessão do **Pregão Eletrônico nº. 003/2025**, a ser realizada no dia **22/05/2025**, às **08h30m** (horário Brasília/DF).

**É como decido**

Itarana/ES, 16 de maio de 2025

**MARCELO RIGO MAGNAGO**

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025